

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Indicador	2017	2018	2019	2020	2021	2022
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	2,95%	3,74%	3,54%	3,82%	3,75%	3,50%
VARIAÇÃO DO PIB	1,00%	1,10%	0,87%	2,07%	2,50%	2,50%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-1,30%	10,28%	2,23%	3,74%	5,42%	3,79%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	10,71%	-3,83%	-4,33%	0,85%	-2,44%	-1,97%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	17,92%	2,42%	5,21%	8,52%	5,38%	6,37%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-5,86%	11,23%	-13,84%	-2,82%	-1,81%	-6,16%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-2,32%	-0,72%	-4,63%	-2,56%	-2,64%	-3,28%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-57,30%	130,59%	-28,45%	14,95%	39,03%	8,51%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	10,11%	6,58%	5,00%	5,25%	7,00%	7,00%
Taxa de Câmbio	3,29	3,88	3,87	3,85	3,88	3,90

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Município de : Guarani das Missões

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
Tabela 02 - Memória de Cálculo das Estimativas das Receitas

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	ARRECADADA	ARRECADADA	ARRECADADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
		2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
1.0.0.0.0	Receitas Correntes	26.864.270,77	25.930.708,20	29.550.180,09	27.052.056,73	28.929.142,47	29.815.135,48	30.045.944,44
1.1.0.0.0	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.588.950,45	1.936.436,27	2.076.976,95	2.276.840,69	2.527.268,26	2.763.167,67	3.042.068,21
1.1.1.3.03.1.1.01	IRRF s/Rend.Trabalho - Princ. Ativos/Inat. Poder Executivo	291.205,37	289.873,83	299.615,36	315.468,13	363.899,60	397.866,59	438.025,28
1.1.1.3.03.1.1.02	IRRF s/Rend.Trabalho - Princ. Ativos/Inat. Poder Legislativo	4.035,91	6.010,35	5.952,18	5.824,12	7.161,53	7.830,00	8.620,32
1.1.1.0.0.0	Demais Impostos	1.101.521,64	1.412.290,25	1.501.886,99	1.659.648,55	1.837.641,03	2.009.169,49	2.211.965,16
1.1.2.0.0.0	Taxas	192.187,53	228.261,84	267.672,06	295.499,42	317.664,00	347.315,28	382.371,58
1.1.3.0.0.0	Contribuição de Melhoria	-	-	1.850,36	400,47	902,11	986,31	1.085,86
1.2.0.0.0	Contribuições	2.519.620,23	2.153.302,94	3.443.036,54	1.159.257,94	1.226.326,45	1.330.908,12	1.424.890,63
1.2.1.0.0.0	Contribuições Sociais	2.312.769,49	1.946.883,23	3.179.438,81	847.049,85	885.500,00	968.460,49	1.040.379,00
1.2.1.0.04.0.0	Contribuição para o RPPS (dos servidores)	2.312.769,49	1.946.883,23	3.179.438,81	847.049,85	885.500,00	968.460,49	1.040.379,00
1.2.1.0.06.0.0	Contribuição para os Fundos de Assistência Médica	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.0.99.0.0	Outras Contribuições Sociais	-	-	-	-	-	-	-
1.2.1.8.0.0	Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios	-	-	-	-	-	-	-
1.2.2.0.0.0	Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
1.2.4.0.0.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	206.850,74	206.419,71	263.597,73	312.208,09	340.826,45	362.447,63	384.511,63
1.3.0.0.0	Receita Patrimonial	1.535.046,56	1.049.429,62	906.578,21	1.388.124,89	1.215.566,17	1.292.678,65	1.371.370,46
1.3.1.0.0.0	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.0.0.0	Valores Mobiliários	1.535.046,56	1.049.429,62	906.578,21	1.388.124,89	1.215.566,17	1.292.678,65	1.371.370,46
1.3.2.1.1.1.01	Remuneração de Dep. de Recursos Vinculados - Principal	131.576,41	92.543,90	46.169,97	47.012,21	49.859,66	53.022,63	56.250,39
1.3.2.1.1.1.02	Remuneração de Dep. de Recursos Não Vinculados - Principal	28.438,18	116.263,94	28.385,77	39.330,82	45.567,94	48.458,65	51.408,57
1.3.2.1.4.0	Remuneração dos Recursos do RPPS	1.375.031,97	840.621,78	832.022,47	1.301.781,86	1.120.138,57	1.191.197,36	1.263.711,50
1.3.2.1.5.0	Juros de Títulos de Renda	-	-	-	-	-	-	-
1.3.2.9.0.0	Outros Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	-
1.3.3.0.0.0	Deleg. Serv. Públicos - Concessão, Permissão, Autorização ou Licença	-	-	-	-	-	-	-
1.3.6.0.0.0	Cessão de Direitos	-	-	-	-	-	-	-
1.3.9.0.0.0	Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-	-	-
1.4.0.0.0.0	Receita Agropecuária	1.638,65	864,75	-	-	-	-	-
1.5.0.0.0.0	Receita Industrial	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.0	Receita de Serviços	455.788,35	136.342,57	206.840,56	165.865,14	192.396,83	204.602,00	217.057,15
1.6.4.0.01.1.0 + 1.6.4.0.03.1.0	Retorno de Operações - Juros e Encargos Financeiros / Rem. s/Repasse para Programas de Desenv.Econômico	-	-	-	-	-	-	-
1.6.0.0.0.0	Demais Serviços	455.788,35	136.342,57	206.840,56	165.865,14	192.396,83	204.602,00	217.057,15
1.7.0.0.0	Transferências Correntes	20.256.744,91	20.318.525,72	22.533.286,62	21.632.294,09	23.342.577,69	23.782.834,21	23.534.180,09
1.7.1.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	9.689.803,24	9.504.857,89	11.031.950,59	9.991.598,30	11.068.075,61	11.321.203,83	11.158.334,46
1.7.1.8.01.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	7.262.618,26	6.918.993,96	7.413.358,43	7.159.795,48	7.743.893,20	7.888.651,55	7.661.880,38
1.7.1.8.01.3.0	Cota-Parte do FPM – 1% Cota entregue no mês de dezembro	321.091,54	307.589,82	329.256,07	351.095,00	355.569,97	362.216,72	351.804,26
1.7.1.8.01.4.0	Cota-Parte do FPM - 1% Cota entregue no mês de julho	214.877,48	317.350,91	321.239,56	341.589,25	352.994,28	359.592,88	349.255,84
1.7.1.8.01.5.0	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	7.284,91	7.984,55	9.089,35	7.000,00	8.689,91	8.852,35	8.597,88
1.7.1.8.02.0.0	Transf. Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	61.102,78	80.370,61	123.309,59	131.789,76	120.318,80	122.567,94	119.044,54
1.7.1.8.03.0.0	Transferência de Recursos do SUS – Repasses Fundo a Fundo	1.022.137,55	1.073.240,91	1.430.221,25	1.297.299,47	1.407.197,04	1.459.966,92	1.511.065,77
1.7.1.8.12.0.0	Transferências de Recursos do FNAS	226.060,00	245.872,49	243.763,64	231.795,11	267.759,20	277.800,17	287.523,17
1.7.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos do FNDE	451.769,65	447.045,33	506.059,40	442.774,23	517.842,54	537.261,64	556.065,80
1.7.1.8.06.0.0	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	35.517,36	34.570,08	32.261,52	11.300,00	28.443,96	28.975,67	28.142,72
1.7.1.8.10.0.0	Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades	87.343,71	71.839,23	623.391,78	17.160,00	265.366,72	275.317,97	284.954,10

1.7.2.0.0.0	Transferências dos Estados, Distrito Federal e Entidades	6.964.177,40	7.077.470,81	7.369.005,03	7.352.540,78	7.898.500,28	8.003.301,48	8.043.830,05
1.7.2.8.01.1.0	Cota-Parte do ICMS	5.464.890,12	5.583.344,06	5.814.970,26	5.383.107,85	6.067.691,59	6.129.174,77	6.135.826,37
1.7.2.8.01.2.0	Cota-Parte do IPVA	650.273,30	588.368,38	729.143,36	951.629,91	815.756,26	824.022,21	824.916,47
1.7.2.8.01.3.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	68.125,48	84.401,53	84.853,25	86.140,82	92.282,74	93.217,83	93.318,99
1.7.2.8.01.4.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	15.519,21	21.635,23	17.045,33	10.166,21	17.791,00	17.971,27	17.990,78
1.7.2.8.01.5.0	Outras Participações na Receita dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.01.9.0	Outras Transferências dos Estados	-	-	-	-	-	-	-
1.7.2.8.03.0.0	Transf. Recursos Estado p/ Programas de Saúde – Fundo a Fundo	524.847,07	519.389,60	372.897,50	627.264,09	562.134,74	583.214,80	603.627,31
1.7.2.8.10.0.0	Transf. Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas	240.134,15	279.780,46	349.905,20	273.831,90	335.252,54	347.824,51	359.998,37
1.7.2.8.99.0.0	Outras Transferências dos Estados	388,07	551,55	190,13	20.400,00	7.591,42	7.876,10	8.151,76
1.7.3.0.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	31.765,60	26.196,60	22.950,60	26.196,60	27.942,89	28.990,74	30.005,42
1.7.4.0.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	3.570.998,67	3.710.000,42	4.109.380,40	4.261.958,41	4.348.058,91	4.429.338,16	4.302.010,16
1.7.6.0.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
1.7.7.0.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
1.9.0.0.0.0	Outras Receitas Correntes	506.481,62	335.806,33	383.461,21	429.673,98	425.007,07	440.944,84	456.377,91
1.9.1.0.0.0	Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	73.298,26	41.825,20	1.247,00	-	16.469,38	17.086,98	17.685,02
1.9.2.0.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	27.864,70	43.601,55	171.797,19	43.326,58	96.070,49	99.673,13	103.161,69
1.9.2.2.01.2.0	Restituição de Convênios - Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.2.0.0.0	Outras Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	27.864,70	43.601,55	171.797,19	43.326,58	96.070,49	99.673,13	103.161,69
1.9.9.0.0.0	Demais Receitas Correntes	405.318,66	250.379,58	210.417,02	386.347,40	312.467,21	324.184,73	335.531,20
1.9.9.0.03.0.0	Compensações Financeiras entre o RGPS e o RPPS dos Servidores	148.040,13	173.773,46	157.915,69	132.195,53	172.568,50	179.039,82	185.306,21
1.9.9.0.06.0.0	Contrapartida de Subvenções ou Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.1.1.1.0	Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.12.0.0	Encargos Legais Inscrição Div. Ativa e Receitas de Ônus de	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.2.0	Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas (demais receitas diversas)	257.278,53	76.606,12	52.501,33	254.151,87	139.898,71	145.144,91	150.224,98
2.0.0.0.0.0	Receitas de Capital	769.625,48	49.170,00	1.130.911,73	697.916,87	3.667.178,06	2.621.979,71	2.779.822,93
2.1.0.0.0.0	Operações de Crédito	236.610,00	-	-	500.000,00	1.200.000,00	-	-
2.2.0.0.0.0	Alienação de Bens	83.570,00	-	176.900,00	-	65.757,00	68.222,89	70.610,69
2.2.1.8.01.1.0	Alienação de Investimentos Temporários	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.8.01.2.0	Alienação de Investimentos Permanentes	-	-	-	-	-	-	-
2.2.1.0.0.0	Alienação de Bens Móveis	83.570,00	-	176.900,00	-	65.757,00	68.222,89	70.610,69
2.2.2.0.0.0	Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	-	-	-
2.3.0.0.0.0	Amortização de Empréstimos	-	-	350,88	107,44	168,93	175,26	181,40
2.4.0.0.0.0	Transferências de Capital	449.445,48	49.170,00	953.660,85	197.809,43	2.401.252,13	2.553.581,56	2.709.030,84
2.4.1.0.0.0	Transferências da União e de suas Entidades	385.849,64	49.170,00	908.320,00	134.571,43	2.132.903,96	2.268.210,06	2.406.287,35
2.4.2.0.0.0	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	63.595,84	-	45.340,85	63.238,00	268.348,17	285.371,50	302.743,49
2.4.3.0.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades	-	-	-	-	-	-	-
2.4.4.0.0.0	Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.5.0.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas	-	-	-	-	-	-	-
2.4.6.0.0.0	Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
2.4.7.0.0.0	Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-	-	-	-	-
2.9.0.0.0.0	Outras Receitas de Capital	-						
2.9.9.0.1.1.01	Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal	-	-	-	-	-	-	-
2.9.9.0.1.1.02	Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal	-	-	-	-	-	-	-
7.0.0.0.0.0	Receitas Correntes Intraorçamentárias	1.212.141,34	1.099.320,87	1.676.816,27	4.292.605,63	4.560.000,00	4.987.216,06	5.357.570,01
8.0.0.0.0.0	Receitas de Capital Intraorçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
9.0.0.0.0.0	(R) Deduções da Receita	- 2.698.393,06	- 2.643.556,76	- 2.816.548,21	- 2.719.794,81	- 2.951.351,53	- 2.994.578,88	- 2.950.536,56
9.1.1.0.0.0.0	Deduções da Receita de Impostos	-	-	-	-	-	-	-
9.1.7.0.0.0.0	Deduções para o FUNDEB	(2.698.393,06)	(2.643.556,76)	(2.816.548,21)	(2.719.794,81)	(2.951.351,53)	(2.994.578,88)	(2.950.536,56)
9.1.0.0.0.0.0	Demais Deduções da Receita Corrente	-	-	-	-	-	-	-
9.2.0.0.0.0.0	Demais Deduções da Receita de Capital	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS ARRECADADAS		26.147.644,53	24.435.642,31	29.541.359,88	29.322.784,42	34.204.969,00	34.429.752,38	35.232.800,82

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
Memória de Cálculo das Estimativas de Pagamento das Despesas - Inclusive Restos a Pagar

Valores em R\$ 1,00

	CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	PAGA 2016	PAGA 2017	PAGA 2018	PAGA(Estim) 2019	PROJETADO 2020	PROJETADO 2021	PROJETADO 2022
3.0	DESPESAS CORRENTES	22.837.107,41	23.860.933,92	26.242.878,91	27.319.964,21	29.175.794,76	31.406.121,94	33.040.643,37
3.1	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.653.526,96	16.928.825,45	19.302.727,40	20.415.853,69	21.403.615,05	23.535.278,78	25.051.135,62
3.1	Pessoal - Executivo / Indiretas	9.981.968,50	10.231.790,45	10.433.552,64	10.764.084,37	12.086.302,81	13.218.641,12	14.200.266,13
3.1	Pessoal - Legislativo	502.750,25	508.795,57	547.177,40	524.526,92	607.955,00	664.912,93	714.289,80
3.1	Pessoal do RPPS	3.713.268,40	4.130.738,10	4.717.032,33	5.160.844,80	5.377.128,38	5.880.899,35	6.317.618,81
3.1.91	Despesas Com Pessoal - INTRAORÇAMENTÁRIAS	2.455.539,81	2.057.501,33	3.604.965,03	3.966.397,60	3.332.228,85	3.770.825,39	3.818.960,89
3.2	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	235.835,48	112.425,78	51.889,68	10.378,42	66.940,19	71.626,00	76.639,82
3.2	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	235.835,48	112.425,78	51.889,68	10.378,42	66.940,19	71.626,00	76.639,82
3.2	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
3.2	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-	-
3.2.91	Juros e encargos da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
3.3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.947.744,97	6.819.682,69	6.888.261,83	6.893.732,10	7.705.239,52	7.799.217,16	7.912.867,93
3.3	Outras Despesas Correntes - Executivo	5.761.253,42	6.567.282,16	6.646.529,23	6.662.147,01	7.433.526,74	7.524.190,41	7.633.833,47
3.3	Outras Despesas Correntes - Legislativo	88.060,76	147.721,37	113.776,28	77.395,05	127.628,98	129.185,62	131.068,13
3.3	Outras Despesas Correntes RPPS	98.430,79	104.679,16	127.956,32	154.190,04	144.083,79	145.841,13	147.966,33
3.3.91	Outras Despesas Correntes - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.0	DESPESAS DE CAPITAL	2.112.821,01	1.084.043,10	1.801.461,80	1.507.556,49	1.756.184,68	2.311.027,28	2.539.844,26
4.4	INVESTIMENTOS	1.177.993,15	549.480,85	1.293.657,09	982.676,82	1.199.194,79	1.729.762,77	1.942.645,25
4.4	Investimentos - Executvi / Indiretas	1.177.503,25	539.135,85	1.285.994,09	913.874,39	1.163.032,12	1.677.600,41	1.884.063,25
4.4	Investimentos - Legislativo	-	10.345,00	5.328,00	68.802,43	35.164,98	50.723,26	56.965,79
4.4	Investimentos RPPS	489,90	-	2.335,00	-	997,69	1.439,11	1.616,22
4.4.91	Investimentos - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.5	INVERSÕES FINANCEIRAS	-						
4.5.90.66	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-	-
4.5.90.99	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.5.91	Inversões Financeiras - INTRAORÇAMENTÁRIAS	-	-	-	-	-	-	-
4.6	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	934.827,86	534.562,25	507.804,71	524.879,67	556.989,89	581.264,51	597.199,00
4.6	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	754.091,35	231.404,94	166.602,85	152.719,30	205.206,36	212.901,60	220.353,16
4.6	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-	-
4.6	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
4.6.91	Amortização da Dívida - INTRAORÇAMENTÁRIAS	180.736,51	303.157,31	341.201,86	372.160,37	351.783,53	368.362,91	376.845,85
9.9.99.99.99.01	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA - SEM RPPS					2.056.992,36	(585.130,99)	(1.727.452,17)
9.9.99.99.99.02	RESULTADO ORÇAMENTÁRIO / RESERVA DO RPPS					1.215.997,20	1.297.734,15	1.379.765,37
	TOTAL DAS DESPESAS	24.949.928,42	24.944.977,02	28.044.340,71	28.827.520,70	34.204.969,00	34.429.752,38	35.232.800,82

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
Tabela 03 - Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 13/2018, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	29.525.976,99	27.052.056,73	28.929.142,47	29.815.135,48	30.045.944,44
II - DEDUÇÕES	7.291.492,72	5.322.114,30	5.500.619,73	5.738.973,13	5.886.578,88
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	305.567,54	321.292,25	371.061,12	405.696,58	446.645,60
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	3.179.438,81	847.049,85	885.500,00	968.460,49	1.040.379,00
Compensação Financeira entre Regimes	157.915,69	132.195,53	172.568,50	179.039,82	185.306,21
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	832.022,47	1.301.781,86	1.120.138,57	1.191.197,36	1.263.711,50
Deduções da Receita Corrente	2.816.548,21	2.719.794,81	2.951.351,53	2.994.578,88	2.950.536,56
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	-	-	-	-	-
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	22.234.484,27	21.729.942,43	23.428.522,74	24.076.162,35	24.159.365,56

Município de : Guarani das Missões
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020

Tabela 04 - Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2020 a 2022

PODER EXECUTIVO	2020	2021	2022
	Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	12.651.402,28	13.001.127,67
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	12.018.832,17	12.351.071,29	12.393.754,53
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	11.386.262,05	11.701.014,90	11.741.451,66

PODER LEGISLATIVO	2020	2021	2022
	Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	1.405.711,36	1.444.569,74
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	1.335.425,80	1.372.341,25	1.377.083,84
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	1.265.140,23	1.300.112,77	1.304.605,74

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
 TABELA 05 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida

Exercício	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)	Previsão (Saldo Médio)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	5.646.379,47	5.639.682,42	5.563.564,43	5.616.542,11	5.606.596,32	5.595.567,62
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual (inclusive parcelamentos)	5.646.379,47	5.639.682,42	5.563.564,43	5.616.542,11	5.606.596,32	5.595.567,62
Precatórios posteriores a 05-05-2000	-	-	-	-	-	-
DISPONIBILIDADES DE CAIXA (II)	1.002.255,43	1.231.001,35	2.680.843,60	1.638.033,46	1.849.959,47	2.056.278,84
Disponibilidade da Caixa Bruta	1.861.348,12	2.263.628,37	3.256.704,40	2.460.560,30	2.660.297,69	2.792.520,80
(-) Restos a Pagar Processados	859.092,69	1.035.503,74	575.860,80	823.485,74	811.616,76	736.987,77
Demais Haveres Financeiros	-	2.876,72	-	958,91	1.278,54	745,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III = I - II)	4.644.124,04	4.408.681,07	2.882.720,83	3.978.508,65	3.756.636,85	3.539.288,78

Cronograma Anual de Operações de Crédito e de Amortização e Serviço da Dívida

Valores em R\$

Operações de Crédito / Pagamentos	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	500.000,00	1.200.000,00	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	112.425,78	51.889,68	10.378,42	66.940,19	71.626,00	76.639,82
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	231.404,94	166.602,85	152.719,30	205.206,36	212.901,60	220.353,16

Fonte: Duetto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2020
TABELA 06 - Demonstrativo da Memória de Cálculo do Resultado Primário e Nominal - ACIMA DA LINHA

RECEITAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Arrecadação	Arrecadação	Projeção	Projeção	Projeção	Projeção
Receitas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	23.287.151,44	26.733.631,88	24.332.261,92	25.977.790,94	26.820.556,61	27.095.407,88
(-) Aplicações Financeiras em Geral	208.807,84	74.555,74	86.343,03	95.427,60	101.481,29	107.658,96
(-) Aplicações Financeiras do RPPS	840.621,78	832.022,47	1.301.781,86	1.120.138,57	1.191.197,36	1.263.711,50
(-) Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias Correntes (I)	22.237.721,82	25.827.053,67	22.944.137,03	24.762.224,77	25.527.877,96	25.724.037,42
Receitas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	49.170,00	1.130.911,73	697.916,87	3.667.178,06	2.621.979,71	2.779.822,93
(-) Operações de Crédito	-	-	500.000,00	1.200.000,00	-	-
(-) Amortização de Empréstimos	-	350,88	107,44	168,93	175,26	181,40
(-) Alienação de Investimentos Temporários e Permanentes	-	-	-	-	-	-
(-) Outras Receitas de Capital - Não Primárias	-	-	-	-	-	-
(=) Receitas Primárias de Capital (II)	49.170,00	1.130.560,85	197.809,43	2.467.009,13	2.621.804,45	2.779.641,53
RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS (III = I + II)	22.286.891,82	26.957.614,52	23.141.946,46	27.229.233,90	28.149.682,41	28.503.678,95
DESPESAS PRIMÁRIAS	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Pagamento	Pagamento	Pagto Estimado	Projeção	Projeção	Projeção
Despesas Correntes - Exceto Intraorçamentárias	21.803.432,59	22.637.913,88	23.353.566,61	25.843.565,90	27.635.296,56	29.221.682,49
(-) Juros e Encargos da Dívida	112.425,78	51.889,68	10.378,42	66.940,19	71.626,00	76.639,82
(=) Despesas Primárias Correntes (IV)	21.691.006,81	22.586.024,20	23.343.188,19	25.776.625,71	27.563.670,55	29.145.042,66
Despesas de Capital - Exceto Intraorçamentárias	780.885,79	1.460.259,94	1.135.396,12	1.404.401,15	1.942.664,37	2.162.998,41
(-) Concessão e Emprést. e Financ.	-	-	-	-	-	-
(-) Aquisiç. De Títulos de Capital Já Integralizado						
(-) Aquisição de Títulos de Crédito						
(-) Amortização da Dívida	231.404,94	166.602,85	152.719,30	205.206,36	212.901,60	220.353,16
(=) Despesas Primárias de Capital (V)	549.480,85	1.293.657,09	982.676,82	1.199.194,79	1.729.762,77	1.942.645,25
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (VI = IV + V)	22.240.487,66	23.879.681,29	24.325.865,01	26.975.820,50	29.293.433,33	31.087.687,92
RESULTADO PRIMÁRIO - ACIMA DA LINHA (VII = III - VI)	46.404,16	3.077.933,23	- 1.183.918,55	253.413,40	- 1.143.750,92	- 2.584.008,97

JUROS E ENCARGOS ATIVOS (Variações Patrimoniais Aumentativas)	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
4.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss -Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.3.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.4.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.1.3.5.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Internos Concedidos - Inter Ofss – Município	-	-	-	-	-	-
4.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Financiamentos Externos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora S/ Emprést. e Financ. Internos Concedidos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora S/ Emprést. e Financ. Internos Concedidos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora S/ Emprést. e Financ. Internos Concedidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
4.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora S/ Emprést. e Financ. Internos Concedidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
4.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora S/ Emprést. e Financ. Externos Concedidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.1.1.00.00 - Remuneração de Depósitos Bancários - Consolidação	-	-	-	-	-	-
4.4.5.2.1.00.00 - Remuneração de Aplicações Financeiras - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS ATIVOS (VIII)	-	-	-	-	-	-

JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (Variações Patrimoniais Diminutivas)	2017	2018	2019	2020	2021	2022
	Saldo	Saldo	Saldo	Projeção	Projeção	Projeção
3.4.1.1.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.3.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.4.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.1.5.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Interna - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.2.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Contratual Externa - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.3.1.00.00 - Juros e Encargos da Dívida Mobiliária - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.4.1.00.00 - Juros e Encargos de Empréstimos por Antecipação de Receita Orçamentária – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Internos – Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.3.00.00 - Outros Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Internos - Inter Ofss – União	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.4.00.00 - Outros Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Internos - Inter Ofss – Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.1.8.5.00.00 - Outros Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Internos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.1.9.1.00.00 - Outros Juros e Encargos de Emprést. e Financ. Externos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Emprést. e Financ. Internos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.3.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Emprést. e Financ. Internos Obtidos - Inter Ofss - União	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.4.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Emprést. e Financ. Internos Obtidos - Inter Ofss - Estado	-	-	-	-	-	-
3.4.2.1.5.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Emprést. e Financ. Internos Obtidos - Inter Ofss - Município	-	-	-	-	-	-
3.4.2.2.1.00.00 - Juros e Encargos de Mora de Emprést. e Financ. Externos Obtidos - Consolidação	-	-	-	-	-	-
SOMA DOS JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (IX)	-	-	-	-	-	-
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (X = VII + VIII - IX))	46.404,16	3.077.933,23	- 1.183.918,55	253.413,40	- 1.143.750,92	- 2.584.008,97

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante	PIB	% RCL
			(a / x 100	(a /RCL) x 100			(b / x 100	(B /RCL) x 100			(b /RCL) x 100	(b /RCL) x 100
Receita Total	29.644.969,00	28.554.198,61	126,53%		29.442.536,32	27.334.182,49	122,29%		29.875.230,81	26.797.963,39		123,66%
Receitas Primárias (I)	27.229.233,90	26.227.349,16	116,22%		28.149.682,41	26.133.908,69	116,92%		28.503.678,95	25.567.686,82		117,98%
Despesa Total	27.247.967,05	26.245.393,04	116,30%		29.577.960,93	27.459.909,46	122,85%		31.384.680,89	28.151.934,12		129,91%
Despesas Primárias (II)	26.975.820,50	25.983.259,97	115,14%		29.293.433,33	27.195.756,63	121,67%		31.087.687,92	27.885.532,60		128,68%
Resultado Primário (I – II)	253.413,40	244.089,19	1,08%	- 1.143.750,92	- 1.061.847,94	-4,75%	- 2.584.008,97	- 2.317.845,78				-10,70%
Resultado Nominal	253.413,40	244.089,19	1,08%	- 1.143.750,92	- 1.061.847,94	-4,75%	- 2.584.008,97	- 2.317.845,78				-10,70%
Dívida Pública Consolidada	5.616.542,11	5.409.884,52	23,97%		5.606.596,32	5.205.112,94	23,29%		5.595.567,62	5.019.201,93		23,16%
Dívida Consolidada Líquida	3.978.508,65	3.832.121,60	16,98%		3.756.636,85	3.487.627,43	15,60%		3.539.288,78	3.174.727,98		14,65%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-		0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-		0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,00%		-	-	0,00%		-	-		0,00%

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 – as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de investimentos permanentes e temporários;
- 2 – as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 – o resultado primário ACIMA DA LINHA corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 – o resultado nominal calculado pelo critério ACIMA DA LINHA foi obtido a partir do resultado primário somado ao resultado da comperação entre os juros ativos e passivos, representado a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 – a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 – a dívida Consolidada Líquida – DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2016, 2017 e 2018) e os valores reestimados para o exercício atual (2019), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.

2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no

Anexo IV. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.

3 – No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários. As **Tabelas 03 e 04** demonstram, respectivamente, as projeções para a Receita Corrente Líquida e Limite de Gastos com Pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo.

4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de 2,07%, 2,50% e 2,50% e das taxas de inflação (IPCA), de 3,82%, 3,75% e 3,50%, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 09/09/2019.

5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.

6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 389/2018 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisto por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2020. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas. A memória de cálculo do Resultado Primário e Nominal pelo critério acima da linha está especificada na **Tabela 06**.

7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2020, 2021 e 2022, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de 5,25, 7,00% e 7,00%, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 09/09/2019.

8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2019, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO, os números mais representativos no contexto das projeções:

9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2020, exceto as intraorçamentárias e consideradas todas as fontes de recursos, é de R\$ 29.644.969,00 a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 1.215.566,17), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 1.200.000,00), das Aliações de Investimentos (R\$ 0,00) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 168,93), resultam numa Receita Primária de R\$ 27.229.233,90.

9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total (exceto as intraorçamentárias) está prevista em R\$ 27.247.967,05. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 66.940,19, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 0,00 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 205.206,36, tem-se que as despesas primárias para 2020 foram previstas em R\$ 26.975.820,50. **A tabela 02** evidencia o detalhamento das projeções da receita e despesa.

9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2020 que foi inicialmente prevista em R\$ 253.413,40 a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.

10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 05**.

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total RPPS	6.738.207,07	6.490.278,44		7.325.913,73	6.801.311,57		7.846.966,73	7.038.698,00	
Receitas Primárias RPPS (I)	5.618.068,50	5.411.354,75		6.134.716,37	5.695.414,79		6.583.255,23	5.905.153,80	
Despesa Total RPPS	6.738.207,07	6.490.278,44		7.325.913,73	6.801.311,57		7.846.966,73	7.038.698,00	
Despesas Primárias RPPS (II)	6.738.207,07	6.490.278,44		7.325.913,73	6.801.311,57		7.846.966,73	7.038.698,00	
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 1.120.138,57	- 1.078.923,69		- 1.191.197,36	- 1.105.896,78		- 1.263.711,50	- 1.133.544,20	

Fonte: Duetto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	31.820.274,20	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	143,11%	32.357.908,09	Preenchimento opcional cfe. Item 02.01.02.01 da 9ª edição do MDF	145,53%	537.633,89	1,69%
Receita Primárias (I)	30.727.724,20		138,20%	28.457.530,79		127,99%	- 2.270.193,41	-7,39%
Despesa Total	31.820.274,20		143,11%	29.543.476,19		132,87%	- 2.276.798,01	-7,16%
Despesa Primárias (II)	30.154.274,20		135,62%	28.983.781,80		130,36%	- 1.170.492,40	-3,88%
Resultado Primário (I-II)	573.450,00		2,58%	- 526.251,01		-2,37%	- 1.099.701,01	-191,77%
Resultado Nominal	1.994.828,05		8,97%	- 186.622,33		-0,84%	- 2.181.450,38	-109,36%
Dívida Pública Consolidada	5.583.134,41		25,11%	5.639.682,42		25,36%	56.548,01	1,01%
Dívida Consolidada Líquida	3.657.203,39		16,45%	4.408.681,07		19,83%	751.477,68	20,55%

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2018), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2018 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em (-) R\$ 526.251,01, valor 91,77% inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 573.450,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 28.457.530,79, frustrando em 7,39% a projeção para o período de R\$.30.727.724,20. As despesas não financeiras atingiram R\$ 28.983.781,80, estabelecendo-se 3,88% abaixo da previsão orçamentária. Não obstante a sua retração, corresponderam a 1,02% do total das receitas primárias comprometendo, dessa forma, a obtenção do superávit primário.

Em parte, esse resultado é em decorrência do desempenho desfavorável apresentado pela receita, tendo sido fortemente condicionado pelo comportamento das receitas de capital, que apresentaram um déficit de 7,16% em relação ao valor consignado no orçamento. Destaca-se no exercício de 2018 o desempenho do grupo de receita de transferências correntes, que superou a expectativa em 8,06%

A dívida consolidada totalizou R\$ 5.639.682,42, valor 1,01% superior ao saldo de R\$ 5.583.134,41 estimado para o exercício. Tal comportamento é reflexo do desembolso da amortização da dívida que totalizou em 2018 R\$ 507.804,71, valor 10,12% menor que a projeção consignada na Lei do Orçamento de R\$ 565.000,00.

No anexo de metas fiscais, que acompanhou a LDO para 2018, estipulou-se o montante da dívida fiscal líquida em R\$ 3.657.203,39. Contudo, os resultados efetivamente apurados e especificados no Relatório Resumido de Execução Orçamentária, e avaliados ao final daquele exercício apontam que o estoque da dívida, atualizado em dezembro daquele ano era de R\$ 4.408.681,07, que, comparado com o montante apurado ao final de 2017, apresentou um acréscimo de R\$ 346.528,13, valor este, que, de acordo com os conceitos estabelecidos no Manual dos Demonstrativos Fiscais, representa o Resultado Nominal pelo critério Abaixo da Linha.

Município de : Guarani das Missões
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2020

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	27.132.793,80	31.820.274,20	17,28%	29.322.784,42	-7,85%	29.644.969,00	1,10%	29.442.536,32	-0,68%	29.875.230,81	1,47%
Receitas Primárias (I)	23.201.397,60	30.727.724,20	32,44%	23.141.946,46	-24,69%	27.229.233,90	17,66%	28.149.682,41	3,38%	28.503.678,95	1,26%
Despesa Total	27.132.793,80	31.820.274,20	17,28%	28.827.520,70	-9,41%	27.247.967,05	-5,48%	29.577.960,93	8,55%	31.384.680,89	6,11%
Despesas Primárias (II)	26.323.143,80	30.154.274,20	14,55%	24.325.865,01	-19,33%	26.975.820,50	10,89%	29.293.433,33	8,59%	31.087.687,92	6,13%
Resultado Primário (I – II)	- 3.121.746,20	573.450,00	-118,37%	- 1.183.918,55	-306,46%	253.413,40	-121,40%	- 1.143.750,92	-551,34%	- 2.584.008,97	125,92%
Resultado Nominal	1.059.464,17	1.994.828,05	88,29%	- 1.525.960,24	-176,50%	253.413,40	-116,61%	- 1.143.750,92	-551,34%	- 2.584.008,97	125,92%
Dívida Pública Consolidada	5.646.379,47	5.583.134,41	-1,12%	5.563.564,43	-0,35%	5.616.542,11	0,95%	5.606.596,32	-0,18%	5.595.567,62	-0,20%
Dívida Consolidada Líquida	4.644.124,04	3.657.203,39	-21,25%	2.882.720,83	-21,18%	3.978.508,65	38,01%	3.756.636,85	-5,58%	3.539.288,78	-5,79%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %	2021	Variação %	2022	Variação %
Receita Total	29.143.983,92	32.946.711,91	13,05%	29.322.784,42	-11,00%	28.554.198,61	-2,62%	27.334.182,49	-4,27%	26.797.963,39	-1,96%
Receitas Primárias (I)	24.921.177,07	31.815.485,64	27,66%	23.141.946,46	-27,26%	26.227.349,16	13,33%	26.133.908,69	-0,36%	25.567.686,82	-2,17%
Despesa Total	29.143.983,92	32.946.711,91	13,05%	28.827.520,70	-12,50%	26.245.393,04	-8,96%	27.459.909,46	4,63%	28.151.934,12	2,52%
Despesas Primárias (II)	28.274.319,46	31.221.735,51	10,42%	24.325.865,01	-22,09%	25.983.259,97	6,81%	27.195.756,63	4,67%	27.885.532,60	2,54%
Resultado Primário (I – II)	- 3.353.142,39	593.750,13	-117,71%	- 1.183.918,55	-299,40%	244.089,19	-120,62%	- 1.061.847,94	-535,02%	- 2.317.845,78	118,28%
Resultado Nominal	1.137.995,85	2.065.444,96	81,50%	- 1.525.960,24	-173,88%	244.089,19	-116,00%	- 1.061.847,94	-535,02%	- 2.317.845,78	118,28%
Dívida Pública Consolidada	6.064.911,48	5.780.777,37	-4,68%	5.563.564,43	-3,76%	5.409.884,52	-2,76%	5.205.112,94	-3,79%	5.019.201,93	-3,57%
Dívida Consolidada Líquida	4.988.364,90	3.786.668,39	-24,09%	2.882.720,83	-23,87%	3.832.121,60	32,93%	3.487.627,43	-8,99%	3.174.727,98	-8,97%

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2020), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2017, 2018 e 2019), bem como para os dois seguintes (2021 e 2022), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2017, 2018 e 2019 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo 1 - de Metas Anuais, evidenciando assim a sua consistência.

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	20.281.121,54	85,53%	19.840.618,68	97,83%	12.760.439,36	64,31%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	3.430.470,58	14,47%	440.502,86	2,17%	7.080.179,32	35,69%
TOTAL	23.711.592,12	100,00%	20.281.121,54	100,00%	19.840.618,68	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	11.691.572,46	92,11%	11.866.390,38	101,50%	3.167.836,98	26,70%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.001.788,02	7,89%	(174.817,92)	-1,50%	8.698.553,40	73,30%
TOTAL	12.693.360,48	100,00%	11.691.572,46	100,00%	11.866.390,38	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital	31.972.694,00	87,83%	31.707.009,06	99,17%	15.928.276,34	50,24%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	4.432.258,60	12,17%	265.684,94	0,83%	15.778.732,72	49,76%
TOTAL	36.404.952,60	100,00%	31.972.694,00	100,00%	31.707.009,06	100,00%

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Conforme estabelecido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio (no caso dos órgãos da administração direta) ou capital social (no caso das empresas estatais), as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial. Nesse aspecto, cumpre destacar que, na linha "Resultado Acumulado", foram considerados os valores de ajustes de exercícios anteriores, os quais, apesar de não terem sido considerados na apuração do resultado do exercício, tiveram influência da variação do saldo do Patrimônio Líquido.

É preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei Federal nº 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei Federal nº 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 2.117/2005, está sobre a gestão do Fundo de Previdência do Servidor Municipal - FPSM, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2016 a 2018, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R\$ 31.707.009,06 em 31/12./016 para R\$ 36.404.952,60 em 31/12/2018.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2018 com superavit .

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2018	2017	2016
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2016		-	33.792,12
RECEITAS DE CAPITAL	176.900,00	-	83.570,00
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	176.900,00	-	83.570,00
Alienação de Bens Móveis	176.900,00	-	83.570,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienaç de Bens	2.033,84	5.022,75	4.766,00
TOTAL	178.933,84	5.022,75	122.128,12

DESPESAS EXECUTADAS	2018	2017	2016
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	59.254,30	10.075,79	64.567,00
Investimentos	-	10.075,79	550,00
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	59.254,30	-	64.017,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-		
Regime Próprio dos Servidores Públicos			
TOTAL	59.254,30	10.075,79	64.567,00
SALDO FINANCEIRO	172.187,62	52.508,08	57.561,12

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2016, 2017 e 2018).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (I)	5.846.776,67	4.060.599,34	5.141.631,59
Receita de Contribuições dos Segurados	887.189,22	685.545,46	888.634,53
Civil	887.189,22	685.545,46	888.634,53
Ativo	887.189,22	685.545,46	888.634,53
Inativo			
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	3.627.864,00	2.057.501,33	2.455.539,79
Civil	3.627.864,00	2.057.501,33	2.455.539,79
Ativo	3.626.831,07	2.057.501,33	2.455.539,79
Inativo	1.032,93		
Pensionista			
Militar	-	-	-
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	341.201,86	303.157,31	180.736,51
Receita Patrimonial	832.022,47	840.621,78	1.375.031,97
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	832.022,47	840.621,78	1.375.031,97
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	158.499,12	173.773,46	241.688,79
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	157.915,69	173.773,46	148.040,13
Demais Receitas Correntes	583,43	-	93.648,66
RECEITAS DE CAPITAL (II)	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	5.846.776,67	4.060.599,34	5.141.631,59

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	59.815,20	48.626,85	41.884,71
Despesas Correntes	57.480,20	48.626,85	41.394,81
Despesas de Capital	2.335,00	-	489,90
PREVIDÊNCIA (V)	4.787.508,45	4.186.790,41	3.770.304,38
Benefícios - Civil	4.685.675,37	4.099.381,14	3.683.569,01
Aposentadorias	3.963.132,89	3.418.645,73	3.057.049,16
Pensões	649.452,00	607.903,11	536.608,37
Outros Benefícios Previdenciários	73.090,48	72.832,30	89.911,48
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias	101.833,08	87.409,27	86.735,37
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	101.833,08	87.409,27	86.735,37
Demais Despesas Previdenciárias			-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	4.847.323,65	4.235.417,26	3.812.189,09

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	999.453,02	(174.817,92)	1.329.442,50
--	-------------------	---------------------	---------------------

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2018	2017	2016
VALOR			

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2018	2017	2016
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			

BENS E DIREITOS DO RPPS	2018	2017	2016
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações	10.231.476,38	9.232.023,36	9.406.841,28
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2018	2017	2016
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
--	--	--	--

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RRPS	2018	2017	2016
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2019	4.655.147,27	4.851.662,33	(196.515,06)	10.034.961,57
2029	4.018.603,40	3.405.068,87	613.534,53	9.313.813,44
2039	2.670.146,16	2.176.470,60	493.675,56	15.682.217,36
2054	6.345,74	785.186,00	(778.840,26)	(2.293.220,48)

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea “a”, da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Segundo a Portaria MPS 464/2018, o equilíbrio financeiro representa a garantia de equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações dos RPPS, em cada exercício financeiro; ou seja, o equilíbrio financeiro é atingido quando o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário é suficiente para custear os benefícios por ele assegurados.

O equilíbrio atuarial, por sua vez, representa a garantia de equivalência, a valor presente, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas atuarialmente, a longo prazo, devendo as alíquotas de contribuição do sistema ser definidas a partir do cálculo atuarial que leve em consideração uma série de critérios, como a expectativa de vida dos segurados e o valor dos benefícios de responsabilidade do respectivo RPPS, segundo a sua legislação.

Nesse contexto, os dados acima apresentados tiveram em como base:

- a) o Anexo 4 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RGF) - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017 e 2018; e
- b) o Anexo 10 do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) - Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime de Previdência, publicado no último bimestre dos exercícios de 2016, 2017 e 2018.

Os valores informados na linha 'Bens e Direitos do RPPS', correspondem ao saldo das disponibilidades financeiras e investimentos do RPPS, representado pelas disponibilidades em Caixa e Equivalentes de Caixa, Investimentos e Aplicações e outros bens e direitos, de acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	ISENÇÃO	Conforme Lei Municipal nº 2.482/2010	195.000,00	202.312,50	209.393,44	Vide obsevação abaixo
IPTU	DESCONTO PARA PAGAMENTO A VISTA	Conforme Lei Municipal a ser aprovada	60.000,00	62.250,00	64.428,75	
TAXA COLETA DE LIXO	DESCONTO PARA PAGAMENTO A VISTA	Conforme Lei Municipal a ser aprovada	5.000,00	5.187,50	5.369,06	
MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	ISENÇÃO DE ATÉ 100%	Conforme Lei Municipal a ser aprovada - para todos os contribuintes em débito com o Município	40.000,00	41.500,00	42.952,50	
MULTAS E JUROS DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	ISENÇÃO DE ATÉ 100%	Conforme Lei Municipal a ser aprovada - para todos os contribuintes em débito com o Município	10.000,00	10.375,00	10.738,13	
TOTAL			310.000,00	321.625,00	332.881,88	-

Fonte: Duetto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

Obs:

1 - Os valores da renúncia para 2020 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2021 e 2022, foram claculados a partir dos valores de 2020, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2021: 3,75%

Inflação para 2022: 3,50%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

A concessão de incentivos fiscais é um instrumento que serve para fomentar o desenvolvimento econômico do Município, atraindo novas empresas ou ampliando as já existentes, de modo a gerar novos empregos e aumentar a renda per capita da população. Já os benefícios fiscais se prestam para reduzir as desigualdades sociais, desonerando determinados segmentos da sociedade do pagamento de alguns tributos, como é o caso da isenção de iptu para os aposentados de baixa renda. Diante disso pode-se afirmar que, com a devida responsabilidade, é salutar o uso desses instrumentos que tem objetivos econômicos e sociais.

O tema é destacado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que disciplinou a sua aplicação. Como sabido, os entes da federação têm usado esses institutos como forma de controle dos desequilíbrios econômicos e sociais, e, por isso é tratado em todo o arcabouço jurídico brasileiro: constitucional, legal e infralegal.

A Constituição Federal em seus artigos 70 e 165, § 6º, estabelece o controle sobre as renúncias de receita, com o nítido objetivo de promover o equilíbrio fiscal. Por sua vez, a LRF estabeleceu em seu artigo 11 a necessidade de instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência constitucional dos entes da Federação, como requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

Nesse contexto, e conforme as diretrizes estabelecidas pelos arts. 13, 57 e 59 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica evidenciado que a Administração opta pela medida de compensação prevista no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais. Conseqüentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas pelo *aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição*, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
 EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)		R\$ 1,00
EVENTO	Valor Previsto 2020	
Aumento Permanente da Receita	162.460,99	
Decorrente de Receitas Tributárias	76.837,96	
Decorrente de Transferências Correntes	85.623,04	
(-) Transferências Constitucionais	-	
(-) Transferências ao FUNDEB	(26.682,62)	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	135.778,37	
Redução Permanente de Despesa (II)	-	
Margem Bruta (III) = (I+II)	135.778,37	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)		
Novas DOCC	(238.534,91)	
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	(522.494,15)	
Relativas a Outras Despesas Correntes	283.959,24	
Novas DOCC geradas por PPP	-	
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	374.313,28	

Fonte: Dueto, Secretaria da Fazenda, 13/09/2019

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2020 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2019-2020

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2020, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2019-2020 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 16 da LDO.

Município de : Guarani das Missões
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
 EXERCÍCIO DE 2020

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistências Diversas	-		
Outros Passivos Contingentes			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	-	SUBTOTAL	-
TOTAL	-	TOTAL	-

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.